



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



veis: o Brasil quer produzir melhores automóveis, automóveis capazes de serem competitivos em nível mundial. E o que eu disse sobre automóveis vale para qualquer outro setor da produção brasileira.

Estamos passando por uma mutação que diz respeito não apenas às transformações da globalização da economia, mas também ao fato de que o Brasil decidiu não perder a oportunidade de, nesta globalização, ter um papel próprio, não ser caudatário, ter um papel de destaque. Equivocam-se os que imaginam que, fechando os olhos a um processo real, defendem o interesse nacional. Defende o interesse nacional quem vê a realidade e se situa nela, de tal maneira que o povo do País tem um benefício maior. O povo brasileiro terá um maior benefício se o Governo atuar com mais competência, se o setor privado for mais produtivo, se criarmos condições para a distribuição efetiva de renda e se entendermos, como entendemos neste governo, que o investimento social é tão ou mais importante que o investimento físico.

É o que estamos fazendo, sem demagogia, sem fazer clientelismo, sem utilizar fatos isolados como elemento de propaganda, mas acreditando na mutação qualitativa pela qual está passando esse nosso país, de tal maneira que as disparidades de renda e as disparidades regionais vão se resolver no decorrer do tempo, havendo continuidade, persistência e, sobretudo, modificação no plano do real, da realidade, e não simplesmente no plano da vontade.

Muitas vezes, ouço falar da vontade política, e vontade políticaposta em termos genéricos é ou saudade do autoritarismo, de um ditador que tudo resolva, ou então incompreensão do que é a sociedade, que não muda em função da determinação de uma pessoa, de dez pessoas, de cem pessoas, mas muda quando existe uma organização capaz de fazer fluir os objetivos do conjunto da sociedade para aquilo que ela deseja. E isso não pode ser feito em termos abstratos de uma vontade política. Tem que ser feito em termos de uma organização, de um debate, de uma continuidade no processo de transformação.

Eu queria, portanto, antes de passar a palavra ao Ministro Kandir, mostrar-lhes, repito, alguns dos programas que vamos realizar;

e dizer, mais uma vez, que eles não contemplam todos os programas que vamos realizar.

Imagino que todos os senhores conheçam o PPA, o plano já aprovado pelo Congresso Nacional no qual, num período de cinco anos, se definem os objetivos da ação governamental. Todos os programas que aqui estão fazem parte do PPA; nenhum deles é inovação, todos foram propostos. Alguns deles foram objeto de proposta minha, ainda na fase da campanha eleitoral. Nem todos foram aprovados. Os que o foram, pelo Congresso, são aqueles em que podemos, efetivamente, trabalhar como um objetivo do conjunto do País. Todos esses foram aprovados dentro do PPA, embora o PPA disponha de muitos outros programas adicionais.

A concepção geral desses programas é a idéia de que nós precisamos integrar o Brasil de maneira equilibrada e prepará-lo para que ele possa participar da economia em nível internacional. Não existe, aqui, a preocupação de um Estado. Os programas são desenhados, preferencialmente, buscando-se eixos de desenvolvimento. Essa é a concepção moderna do desenvolvimento. Trata-se não de um pólo de desenvolvimento que se concentre numa região, mas de um eixo que distribua, pelos seus efeitos, um conjunto maior numa área mais ampla. E é necessário que o Governo preste atenção ao conjunto do Brasil.

Não serei exaustivo na enumeração, mas mostrarei que as várias áreas do Brasil são objeto da nossa preocupação.

Na Região Amazônica, que, depois de, nos anos 70, sofrer uma ação governamental muito intensa, praticamente ficou um pouco à margem nacional, nós procuramos ver, conversando com os governadores e com as bancadas, quais eram os projetos realmente estruturadores.

Isto aqui é a BR-174 (*aponta*). Ela vai de Manaus até a Venezuela. Alguns trechos dela, em Roraima, já estão feitos; os outros todos em construção, agora, desde Manaus, passando por Caracaraí e indo à fronteira com a Venezuela. É fundamental essa estrada. Ela vai dar viabilidade à Zona Franca de Manaus, no sentido de aumentar a exportação pelo Caribe, com maior velocidade. Ela abre uma possibilidade de, no futuro, nós, simultaneamente, termos uma linha de

energia elétrica, trazendo energia de Guri, da Venezuela, para, eventualmente, servir a Roraima e ao Amazonas. Além do mais, vai permitir, no futuro, a passagem de um cabo de fibra ótica, para facilitar o sistema de comunicações. Isso já está em andamento.

O que está aqui é a Bacia de Urucu (*aponta*). O Governo, embora não tenha fechado as portas à energia do Guri, decidiu que era mais urgente investir no gás do Urucu. Já estamos em marcha nessa direção. Isso vai permitir duas saídas importantes para a Região Amazônica: em primeiro lugar, Manaus, que está se tornando um pólo de industrialização; Manaus vai ter acesso à energia via transformação do gás em energia. Por outro lado, é a melhor solução para resolver a questão relativa a Rondônia. Rondônia e Acre não teriam condições de receber diretamente a energia vinda do Guri. E seria muito difícil, também, transpor o rio Amazonas para atender ao outro lado da Amazônia. Por meio do gás e com processos bastante modernos e complexos de transformação, liquefação, redistribuição e, novamente, a utilização do gás, a gasificação, a sua utilização na geração de energia, nós, por esse meio, vamos beneficiar uma ampla área do Brasil.

Pois bem, além disso, nós estamos com um interesse imenso, na Região Amazônica, na questão relativa às hidrovias. Isto aqui é a hidrovia do rio Madeira (*aponta*). A partir de setembro – e chamo a atenção dos senhores: a partir de setembro – no rio Amazonas, em Itacoatiara, nós disporemos de um terminal graneleiro. Esse terminal é feito com esforços do governo do Amazonas, mas com capitais privados, capitais de gente que produz em Rondônia e que vão permitir que a produção de Mato Grosso e de Rondônia possa ser escoada por chatas. E o Governo Federal está financiando, pelo BNDES, essas chatas.

Nada disso está nesses programas. São outros programas que se juntam a esses, para que possamos, depois, fazer o transbordo em Itacoatiara. Em Itacoatiara, entram navios de grande calado, de mais de 100 mil, até 200 mil toneladas, e, daí, a produção vai para fora. A soja vai ter barateamento sensível, provocando, possivelmente, uma modificação no custo, no preço da soja em nível internacio-

nal, porque o barateamento é imenso. E essa hidrovia do rio Madeira – o Ministro da Marinha sabe disso – precisava de um esforço, que foi feito, e, em conjunto com o Ministério dos Transportes e o Ministério da Marinha, isso já está regularizado ou quase finalizada a regularização, o que implica melhorar os portos, melhorar Porto Velho, preparar o sistema de chatas, fazer um outro terminal, como disse aqui, em Itacoatiara, e preparar a infra-estrutura para produção.

Creio que esta aqui é a 364 (*aponta*), uma estrada muito importante, porque vai permitir a ligação com o Acre. Devo dizer que não consta deste mapa, mas nós estamos dando recursos também ao Acre, para que ele faça outras estradas, por causa da saída futura para o Peru. Já estão sendo feitas.

Eu prometi, na campanha, que faríamos a Santarém-Cuiabá. Não consta deste mapa. O fato de não constar do mapa não quer dizer que não conste dos nossos propósitos e do nosso empenho. Com apoio do Exército, já começamos a fazer o trecho em Santarém, na direção de Cuiabá. Há muitos problemas nessa estrada, mas aqueles que são da região do Mato Grosso e do Pará sabem que essa estrada – ela passa por aqui (*aponta*) – é importante. Portanto, o fato de ela não estar aqui não quer dizer que não esteja sendo cogitada e já iniciada pelo Governo, e nós daremos a ela o recurso que for possível.

O que está aqui, marcado de amarelo, no Pará (*aponta*), é algo também muito importante. É que a energia de Tucuruí, que servia ao Maranhão, para produção e para exportação de alumínio e de outros materiais que requerem muita energia, não atendia às populações do Pará. O Ministro Raimundo Brito esteve no Pará e lançou os programas. São 800 milhões de reais de investimento, para que a população possa ter acesso às linhas de transmissão. Isso produz uma modificação sensível. É uma revolução no bem-estar da população no Pará, inclusive na região do sul do Pará, região muito importante, por razões sociais, e que vai indiretamente receber os efeitos dessa linha de transmissão.

Certamente, alguém dirá: “E o Amapá?” O Amapá requer algumas pontes e algumas estradas pequenas. Haverá recursos, espero, se nós

apertarmos mais – e apertaremos – os recursos que não são vitais para o Brasil. Só assim poderemos contemplar – porque é necessário – o Amapá nessas questões.

Não estou me referindo, aqui, ao que estamos fazendo em saneamento básico, ao que estamos fazendo em termos de educação, de saúde, que são programas universais e que operam em toda essa região.

Além disso, aqui, na região do Tocantins, que vai terminar na Região Amazônica, temos a hidrovia Araguaia-Tocantins (*aponta*). É fundamental. O Ministro dos Transportes sabe disso, e aqueles que conhecem a região do Tocantins sabem que isso vai permitir o escoamento da produção daquele estado. E a produção do Tocantins é crescente. Lá há regiões de irrigação quase natural. Há grandes projetos, no Tocantins, financiados pelos bancos internacionais, que vão permitir ou estão permitindo a expansão da produção. A possibilidade de utilização dessa via aquática é fundamental.

O Brasil tinha descuidado das hidrovias. Nós estamos recuperando o sentido da hidrovia e completando – aqui está (*aponta*); perdão, estou equivocado: é aqui (*aponta*), não é? – a Norte-Sul, que vai até Estreito, no Maranhão. Por quê? Porque, aí, vai permitir uma ligação entre a hidrovia e a ferrovia e, depois, a saída pelo Maranhão, pelo porto de Itaqui. No futuro, vamos ter também a saída pelo Pará. Para que haja saída pelo Pará, vamos ter que fazer – não agora, não está programado aqui, mas estamos preparando as condições para isso – uma eclusa, para podermos, então, transpor dificuldades que impedem a saída pelo porto de Barcarena. No momento, de imediato, a saída seria mais fácil pelo Maranhão.

Isto aqui é uma linha de transmissão (*aponta*). Essa linha de transmissão de energia elétrica é a ligação ou interligação do sistema energético do Brasil, do Norte com o Nordeste, interligação que vai permitir que tenhamos o conjunto do Brasil interligado em termos de energia. É uma vantagem imensa, porque isso vai permitir que, havendo falta de energia num ponto, por estiagem ou pelo que seja, nós possamos trazer energia de outros pontos.

Bom, então, vêm que há todo um esforço que vai na direção do Norte. No Maranhão, vamos ter balsas numa região absolutamente produtora, hoje. Também estamos cuidando de algumas estradas que precisam de apoio, no Maranhão, para que os recursos possam fluir mais facilmente. O porto de Itaqui é de primeira grandeza e, no sistema que estamos preparando de privatização, se beneficiará com um grande esforço de investimentos e desenvolvimento. O Maranhão, portanto, vai poder servir de porto para exportar a produção da região do Brasil Central.

Vamos olhar, aqui, o Nordeste, em primeiro lugar. Digamos que isto aqui seja o rio São Francisco (*aponta*), que está sendo objeto, como o rio Madeira, como o rio Tocantins e o Araguaia, de investimentos. Isso para permitir a recuperação da navegabilidade do São Francisco, a regularização do rio São Francisco, de tal maneira que vamos ligar Minas à Bahia, passando da Bahia a Alagoas e Sergipe. Teremos, aí, outra possibilidade de ligação muito importante.

Isto aqui em verde é a ferrovia de Pirapora a Unaí (*aponta*). Pirapora-Unaí significa o seguinte: que a produção de Minas, ou uma parte da produção de Minas Gerais e uma parte da produção de Goiás, essa produção poderá também subir pelo rio São Francisco, barateando os custos enormemente e beneficiando as populações ribeirinhas, as populações do Nordeste.

Estamos, no Nordeste, dando recursos para o porto de Suape e para o porto de Pecém, e estamos privatizando o porto de Itaqui. O Nordeste tem esses três portos – sem mencionar a Bahia –, que são portos de primeira grandeza: Itaqui é um porto extraordinário, de grande calado, porto já organizado, porto de exportação de minérios e que participa de um processo de privatização, o mais rápido possível.

Pois bem, além disso, estes pontinhos, aqui (*aponta*), significam um grande esforço que está sendo feito em termos de irrigação. Só para lhes dar um exemplo: no Ceará, estamos construindo a barragem do Castanhão. A barragem do Castanhão é três vezes maior do que Orós, que é a maior barragem do Nordeste. Até o fim de 98, deve estar pronta. Esses projetos que estamos aqui mencionando são to-

dos para 97 e 98, e os recursos orçamentários de 97, o que vamos discutir em pouco tempo, já estão destinados a essas obras. Fora as outras obras.

Irrigação é um esforço bastante grande aqui. Educação, como eu já disse: o Programa de Valorização do Professor, basicamente, vai beneficiar as regiões de menos recursos. E saúde – agentes comunitários de saúde, etc.

No Nordeste, a questão fundamental, do ponto de vista do Governo, é a melhoria da condição de vida da população e a formação do capital humano. O Nordeste dispõe de uma infra-estrutura viária razoável. O Nordeste estará fortemente apoiado pelo BNDES, no que diz respeito ao Prodetur, que é um programa de turismo. Turismo quer dizer emprego, e está fortemente apoiado pelo Governo, nos programas de saneamento. Saneamento em Salvador já está contratado com o BID. Sem saneamento, sem água potável, sem investimentos em educação, sem que haja oferta de empregos via turismo, sem que haja irrigação para atender a essas populações da Bahia, da Paraíba, do Ceará, de Sergipe, de Pernambuco – e Petrolina é exemplo disso – não haverá a possibilidade efetiva de recuperação do Nordeste.

Claro que isso não vem em detrimento de um esforço industrializador. Mas o esforço industrializador só se implanta, efetivamente, em termos mais naturais, quando existem as condições humanas que permitem a multiplicação dos recursos.

Bom, seria fastidioso repassar um por um os programas, mas só para que não pensem que nós olhamos apenas para o Nordeste e para a Região Norte, eu quero dizer que aqui está marcada, também, uma obra de grande importância, que é o gasoduto. Esse gasoduto vem da Bolívia, vai chegar a São Paulo e descer para o Sul do Brasil. Essa obra, essa decisão tem 25 anos de história. O Ministro Lampreia é testemunha disto: que há 25 anos já se negociaava o gasoduto Brasil-Bolívia.

Pois bem, nós vamos a Cochabamba, agora, no próximo mês, no começo de setembro e, quando estivermos lá, já estaremos com essa obra em fase de decisão final. Portanto, a Petrobras já estará – já

está, inclusive – começando as licitações para a compra dos insumos e dos tubos necessários para a realização dessa obra, que vai baratear enormemente a energia. É uma energia não poluidora. Com muito esforço, conseguimos organizar o projeto de tal maneira que o gasoduto não fique parado em São Paulo, mas desça para o Paraná, para Santa Catarina, para o Rio Grande do Sul, permitindo aí uma base de infra-estrutura muito grande.

Repto: isso aqui são alguns exemplos. Estive em Minas Gerais, recentemente, como estive na Bahia, recentemente, inaugurando polidutos. E o gás do Rio de Janeiro, que ia até Juiz de Fora, já vai até Belo Horizonte. O gás da Bahia, da mesma maneira, já está indo para o Sul. A partir de Salvador, esse gás, já hoje, está chegando a... Qual é a região aonde está chegando?

(*Interlocutor não identificado*): Itabuna.

Presidente: Itabuna. Chegando a Itabuna. Em Jequié já está, porque nós fomos inaugurar lá esse poliduto, ou seja, a infra-estrutura, que é o fundamental para podermos, depois, ter investimentos, com mais rapidez, do setor privado. É da infra-estrutura que nós estamos cuidando nesses projetos. Aí, portanto, está esse gasoduto.

Isto aqui é um eixo viário importante (*aponta*). Nós estamos duplicando a estrada Fernão Dias, que sai de Minas Gerais e vai a São Paulo, também a BR-116, em São Paulo, que vai na direção do Paraná, e a BR-101, que é a continuidade dessas estradas, em Santa Catarina. Vamos chegar até Osório, no Rio Grande do Sul.

Dessa maneira, esse eixo integrador da Região Sul, que vai ter um efeito enorme por causa do Mercosul também, já está em marcha. Não está começando hoje. Não se trata de um projeto para ter efeito nas eleições do mês que vem. É ridículo, me perdoem, para quem pensa no Brasil com a grandeza com que nós temos que pensar, é ridículo pensar em projetos dessa envergadura para ter efeito em eleição. É para ter efeito no Brasil, no próximo século. Nosso objetivo é que isso tudo contribua para o Brasil ter uma posição competi-

tiva, uma posição firme, no conceito das nações, no próximo século. E isso já vem de antes. Já está em obra.

Aqui, em azul (*aponta*), nós temos a bacia Tietê-Paraná, que é outra obra extraordinária. Não começou neste governo. O Brasil não começou agora. Vem de longe. Nós estamos apenas acelerando processos que já estavam em marcha, e o fazemos com muita humildade, sabendo que, se não houvesse esforço passado, não haveria o que fazer hoje, assim como no futuro. Se não fizermos o que estamos fazendo hoje, não haverá os passos necessários. Isto aqui é uma obra fantástica, que vem do porto de Santos, liga aqui a toda a região do Tietê, até o rio Paraná, e sabe Deus, no futuro, que saídas haverá, por hidrovia, nessa região.

Repto: nós estamos fazendo um grande esforço no sentido de recuperar a importância das hidrovias. Eu mencionei as ferrovias porque elas fazem parte, têm que se conectar, através de interpostos modais, para passar de um tipo de transporte para outro tipo de transporte.

Por isso, está aqui chamada a atenção para o porto de Sepetiba. O porto de Sepetiba, que é no Rio de Janeiro, no Estado do Rio, não é um porto para o Rio, é um porto para o Brasil. E, na medida em que fizermos – aqui está marcado, também – a estrada de ferro Ferro-norte, na hora em que ela for complementada e pusemos recursos para fazer a ponte entre Mato Grosso e São Paulo, juntando a Ferro-norte e a Fepasa e a Fepasa com a Rede Ferroviária Federal, com dois braços, um para Santos e outro para Sepetiba, teremos a possibilidade de ver essa produção daqui do Centro-Oeste ir, mais rapidamente e com melhores preços, para o exterior. E, quando se diz para o exterior, isso significa também que esses portos permitirão importações, que vão vivificar a nossa economia.

Diga-se de passagem que, em quatro anos, o Brasil dobrou o seu fluxo de importações e exportações, de 50 bilhões de dólares para 100 bilhões de dólares. Em quatro anos, 100 bi! Dobramos, em quatro anos! E vamos dobrar nos próximos quatro anos. Quem não vê isso é cego. Quem discute como se o Brasil, agora – porque tomou uma medida, aqui e ali, para proteger o interesse legítimo de um

produtor nacional – estivesse fechando a economia é cego. É o contrário: porque a economia está aberta e continuará aberta, e vai abrir mais, é que, eventualmente, nós vamos combater a concorrência desleal. Mas nenhum passo atrás, no que diz respeito à integração, porque foi isso que viabilizou o aumento de renda, foi isso que viabilizou o controle da inflação e é isso que viabiliza um crescimento industrial crescente.

Bom, creio que dei uma noção do conjunto desses projetos. Não mencionei – mas mencionarei agora e termino – alguns programas que não estão visualizados aí, aqueles que o Ministro Kandir abordará, sobre a área social, que, para nós, repito, têm o mesmo peso que os programas de infra-estrutura. Ou seja, o que o Governo está fazendo é preparando um Brasil melhor – melhor para o seu povo – com escassíssimos recursos. Os senhores verão, na discussão com o Ministro Kandir, que isso não significa gastaça: é o mínimo dos recursos já existentes, para podermos atrair mais recursos do setor privado nacional e, sobretudo, estrangeiro, fazendo-se tudo em conjunto com os estados e municípios; e para que tenhamos o que precisamos ter: confiança em nós próprios, na nossa capacidade de perseverar, de atingir objetivos.

Dito isso, pediria ao Ministro Kandir que nos detalhasse um pouco o que eu disse assim *à vol d'oiseau*.